



Jornalismo à deriva no mar da pós-verdade: a busca da verdade como método

Journalism adrift in the post-truth sea: the search for truth as a method

Anthony Jose da Cunha Carneiro Lins *

Dario Brito Rocha Jr **

Alice Cristiny Ferreira de Souza ***

RESUMO

Parte integrante de pesquisa aplicada de desenvolvimento de ferramenta de automatização de fact-checking, o presente artigo propõe uma revisão bibliográfica sobre o conceito de verdade e pós-verdade e evidencia, por meio da exposição dos termos adotados pelos serviços brasileiros de combate à desinformação, a necessidade do método na definição de verdade como salvaguarda do jornalismo e na produção de notícias no ambiente digital.

Palavras-chave: Pós-verdade; Fact-checking; Pós-modernidade; Jornalismo; Automatização

ABSTRACT

As part of an applied research in the development of a fact-checking automation tool, this article proposes a bibliographical review of the concept of truth and post-truth and, through the exposition of the terms adopted by Brazilian fact-checking services, the need of the method in the definition of truth as a safeguard of journalism and in the production of news in the digital environment.

Keywords: Post-truth; Fact-checking; Postmodernity; Journalism; Automation.

INTODUÇÃO

Estágio de permanente discussão, a verdade é um conceito cuja definição percorre um caminho secular. Amparada numa discussão sobre sua própria existência, a verdade já deixou de existir, existiu por completo e de forma parcial. Dar conta das suas modulações na passagem do tempo é tarefa que nenhum tratado, por mais extenso que possa ser, conseguiria cumprir com êxito (SANTAELLA, 2018). Contudo,

* Doutor em Biotecnologia pelo programa Renorbio da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e mestre em Engenharia da Computação pela Universidade de Pernambuco (UPE). Professor do curso de Jogos Digitais da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Endereço: Rua do Príncipe, 526, CEP: 50050-900, Boa Vista, Recife. Telefone: (81) 2119.4145. E-mail: thonylins@gmail.com | anthony.lins@unicap.br.

** Doutor em Design da Informação e mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor do Mestrado em Indústrias Criativas e dos cursos de graduação em Jornalismo e em Jogos Digitais da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Endereço: Rua do Príncipe, 526, CEP: 50050-900, Boa Vista, Recife. Telefone: (81) 2119.4042. E-mail: dario.brito@unicap.br.

*** Mestranda em Indústrias Criativas e especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e repórter do *Diário de Pernambuco*. Endereço: Rua do Príncipe, 526, CEP: 50050-900, Boa Vista, Recife. Telefone: (81) 2119.4145. E-mail: alicecristiny@gmail.com.

em pleno século XXI, no qual a sociedade em rede (CASTELLS, 2017) se organiza cada vez mais ao redor de universos interconectados de comunicação digital, em que a inteligência coletiva (LÉVY, 1998) sinaliza um desejo pulsante e intrínseco do homem de participar dos processos de comunicação (SHIRKY, 2011), tensionando relações híbridas de consumo e produção (JENKINS; GREEN; FORD, 2014; TOFFLER, 2005), delimitar o conceito de verdade pode ser o caminho mais seguro na tratativa de soluções possíveis para entender e escapar da era da pós-verdade (KEYES, 2018). Numa época na qual emoções tomam o lugar da razão e cada fato pressupõe um antifato (KELLY, 2018), definir verdade ou se aproximar de um conceito aplicável ao mundo da comunicação digital pode ser a salvaguarda das artimanhas da desinformação (WARDLE, 2017) e da descredibilização do jornalismo. Justo a pós-verdade pode inaugurar uma reflexão prática sobre o que se deve entender por verdade e sobre a autoridade dada a ela (DUNKER, 2017).

O POTE DE OURO NO FIM DO ARCO-ÍRIS: É POSSÍVEL DEFINIR VERDADE?

A verdade sempre foi objeto de busca, desejo e disputa (TIBURI, 2017). Controversa, “ora tem sido considerada absoluta, ora relativa, ora apenas um ideal a ser alcançado, ora um conceito simplesmente dispensável” (TAMBOSI, 2007, p.1). Explicá-la é transitar entre teoria e prática. Questão não encerrada (SILVA, 2008), contudo, não há outra forma de legislar sobre o universo da desinformação, a não ser enfrentar o desafio de definir a verdade (SANTAELLA, 2018).

Para tanto, a filosofia é um ponto de partida. Para os gregos antigos, a verdade tinha três conotações (DUNKER, 2017). Era a revelação de uma lembrança esquecida (*aletheia*), a precisão latina do testemunho (*veritas*) e a confiança judaico-cristã da promessa (*emunah*). Em grego, *aletheia* se refere ao que não é oculto. Nesse caso, a verdade, portanto, estaria na realidade manifestada (GHIRALDELLI JR., 2011). *Aletheia* implica dizer as coisas como elas são, uma convocação ao ato de constatar, verificar (ALBUQUERQUE JR., 2018).

Veritas refere-se à exatidão dos relatos. *Emunah*, uma verdade de acordo com pactuações de presente e futuro (GHIRALDELLI JR., 2011; HERZOM; MOREIRA, 2018). De tal forma que não adiantaria tentar chegar ao conceito de verdade que mais se adéqua à disrupção digital pós-moderna do século XXI sem olhar a história a partir do comportamento linguístico humano e das formas de pensar do homem (GHIRALDELLI JR., 2011). Desse pressuposto, chegamos às teorias da verdade.

Richard L. Kirkham (2003) diz que as “teorias da verdade” podem ser classificadas quanto a um projeto geral (metafísico, da justificação e atos de fala), um projeto secundário (extensional, intensional, naturalista, essencialista, etc.) e, ainda, a uma escola teórica (teoria semântica, da correspondência, pragmatismo, coerentista...), evidenciando a complexidade ramificada das tentativas de aproximar-se desse conceito (SILVA, 2008).

As teorias consideradas tradicionais são a da correspondência, coerência, pragmatista e da verificação ideal - (GHIRALDELLI JR., 2011), sendo a correspondência, coerência e pragmática as que assumiram importância na perspectiva da teoria do conhecimento (TAMBOSI, 2007). Entre elas, a mais antiga é a correspondentista (TAMBOSI, 2007), na qual “a verdade de uma proposição consiste na sua relação com o mundo, isto é, em sua correspondência com os fatos ou estados de coisas” (TAMBOSI, 2007, p.37), e cuja formulação seria que uma afirmação, crença, proposição – ou seja, os “portadores-de-valor-verdade” (PEREIRA, 2011)” – é

verdadeira se e somente se corresponde a um fato. “Portanto, as afirmações procuram descrever como são as coisas no mundo, e tais afirmações serão verdadeiras ou falsas em função de as coisas serem realmente como elas dizem que são” (PEREIRA, 2011).

Algo, portanto, “verdadeiro” dependeria do mundo, e não das pessoas (LYNCH apud PEREIRA, 2011). E, logo, atenderia a um isomorfismo estrutural entre as partes de um “portador-de-valor-verdade” e as partes de um fato, uma noção de correspondência advinda da geometria (SILVA, 2008), para a qual duas figuras geométricas têm um ajuste perfeito. “É a correspondência daquilo que se acredita ser verdadeiro ou falso com os fatos que tornam as crenças verdadeiras ou falsas” (PEREIRA, 2011, p. 378).

Essa teoria se torna especialmente relevante na discussão, já que a crença no jornalismo é pautada na correspondência com o real (LISBOA; BENETTI, 2015) e pode ser trazida para a atualidade, pois ela rebate em duas questões pertinentes no contexto da comunicação e do jornalismo: o “fato” e a “diferença entre a realidade dos fatos e a opinião”. Nesse sentido, as argumentações levantadas pelo filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, um dos defensores da teoria da correspondência (SILVA, 2008), em sua primeira fase de pensamento, ganham fôlego. Wittgenstein defende que “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas” (LANDIM FILHO, 1979, p.36).

Logo, os objetos (coisas) por si só não podem ser determinação acerca do mundo (SILVA, 2008), já que eles são imutáveis e comuns a todos os mundos possíveis, além de não poderem ser reduzidos à verdade, pois ela é um fim em si mesmo (VIDAL, 2009). O fato seria um estado de coisas ocorrendo no mundo real (KIRKHAM, 1992, apud PEREIRA, 2011), a concatenação dos objetos (SILVA, 2008), os objetos mais as suas configurações no mundo. O mundo, nesse caso, é considerado como a correspondência entre a proposição e o fato. Portanto, para conhecer se uma figuração é verdadeira ou falsa, é preciso compará-la com a realidade (SILVA, 2008). Isso caracteriza, para Vidal (2009), um jogo de correspondência.

Para fazer essa comparação, é necessário que um fato possa ser interpretado, de modo que se transforme em representativo. “Esta interpretação consiste em regras de correspondência biunívocas que associam cada elemento da representação a um objeto. Wittgenstein denomina esta regra de correspondência de relação pictorial” (LANDIM FILHO, 1979, p. 41). Isso permite que uma mesma conexão de diferentes elementos e/ou diferentes conexões de mesmos elementos possam representar um mesmo estado de coisas (LANDIM FILHO, 1979), sendo, por meio da forma pictorial (representação), ou verdadeira ou falsa.

Wittgenstein propõe uma análise lógica da linguagem – que permite afigurar os fatos – para promover a investigação filosófica da estrutura da realidade. O autor considera a linguagem a partir de dois aspectos: a teoria pictórica da proposição e a teoria da função proposicional. A primeira delas trata da função descritiva da linguagem e sua capacidade de afigurar os fatos, enquanto a outra é sobre a maneira como a linguagem é estruturada para realizar a afiguração dos fatos (ARRUDA JÚNIOR, 2017). As unidades básicas dessa afiguração são as proposições.¹

Ao fazer uma análise da linguagem com a realidade, Wittgenstein considera dois aspectos: o da possibilidade da apresentação como descrição linguística do real e o

¹ De forma que, se os objetos representados pelos nomes na proposição estão combinados na realidade, a proposição é verdadeira. Caso contrário, é falsa (ARRUDA JÚNIOR, 2017).

da correspondência da representação com a realidade (LANDIM FILHO, 1979). Para ele, o sentido só pode ser encontrado nas frases que são verdadeiras ou falsas. A regra de correspondência de relação pictorial permite conectar a teoria da correspondência da verdade e o jornalismo.

A ideia de que um mesmo fato pode ser representado por diferentes formas de conexão e estruturas de elementos pode explicar porque uma notícia contada de diferentes formas preserva no eixo um mesmo fato e pode ser verdade mesmo se apresentada com estrutura distinta. O ponto cerne da questão é encontrar uma correspondência entre os fatos representados na informação apresentada e os objetos por ele descritos. Dito isso, é possível elencar critérios para se chegar a essa correlação entre os objetos e a verdade,² dentre os quais a verificação. Definir e aplicar de forma eficiente esses critérios seria, em consequência, um caminho viável no combate à desinformação.

A CORRESPONDÊNCIA ESFACELADA E A ASCENSÃO DA PÓS-VERDADE

No século XXI, a verdade assume a tendência de se afastar da proposta da teoria da correspondência. A essência do conceito de verdade que mais descreve o uso dessa palavra, na atualidade, tem fundamento na Grécia antiga, com os sofistas (GERÓNIMO, 2007). O ecossistema de desinformação, para muitos teóricos, está fundamentado na relativização proposta pelas teorias pós-modernas (HERZOM; MOREIRA, 2018) e, como tal, remontaria à sofística na explicação do mundo.

Os sofistas se preocupavam mais com a forma do que com o conteúdo. A meta era converter argumentos fracos em fortes. “Acreditavam no poder da manipulação do discurso [...] Sobrepunham o poder do convencimento ao valor da verdade dos argumentos” (GERÓNIMO, 2017, p.87).³ Apresentando-se como especialistas do saber, faziam o competente contradizer o incompetente. Para isso, usavam a mimética, a arte de dizer algo sem dizê-lo com a verdade (SILVA, 2011). Otfried Höffe (GERÓNIMO, 2017) afirma que os sofistas desenvolveram uma nova relação com a linguagem e inventaram não só a arte de convencer, mas também os falsos argumentos, os sofismas (XIRAU, 2011). O pensamento sofista se estabeleceu antagônico ao conceito de verdade objetiva e absoluta e se contrapôs ao de pensadores como Aristóteles (COUTINHO, 2004). Este acreditava que não existia verdade sem enunciado, ainda que ele não baste em si como verdade.⁴

Com a pós-modernidade, no século XXI os antigos pensamentos relativistas dos sofistas pré-socráticos (GERÓNIMO, 2017) voltam a emergir. Os pós-modernistas encaixam os conceitos de verdade nos chamados constructos sociais (KEYES, 2018), de forma que a verdade passa a ser uma variante. Sob o argumento de que as noções tradicionais de verdade estão sendo utilizadas ao longo da história para justificar as

² Bazarian (1988) estabelece cinco critérios para distinguir verdadeiro e falso: autoridade; evidência; ausência de contradição; utilidade; e prova.

³ Tradução nossa: “Creían en el poder de manipulación del discurso [...]. Anteponían el poder de convencer al valor de verdad de los argumentos. Esto es, que no importa si el argumento es falso [...]”.

⁴ De acordo com Aristóteles, o conceito de verdade estaria ligado a cinco variáveis: 1) correspondência ou concordância; 2) revelação ou eficácia; 3) conformidade a uma regra ou verificabilidade; 4) coerência; e 5) utilidade ou propriedade física.

opressões, passam a desacreditar os conceitos de verdade que estão associados à literalidade (KEYES, 2018). Negam a existência de uma realidade objetiva, “argumentando que o conhecimento é filtrado pelos prismas de classe, raça, gênero e outras variáveis” (KAKUTANI, 2018, p. 502).

As verdades irrefutáveis e universais, explicam Arthur Coelho Bezerra, Rafael Capurro e Marco Schneider (2017), são colocadas em xeque. “Aqueles que apontam isso, consideram que seja seu dever minar, ou 'desconstruir', a própria noção de verdade objetiva como um suporte para o privilégio” (KEYES, 2018, p. 138), de modo que a verdade absoluta é considerada perigosa na esfera social e política. Um momento no qual “os mitos úteis são mais significativos do que as verdades estereis” (KEYES, 2018, p. 142). Esse comportamento, lembra Keyes (2018), perpassa toda a história.

Durante o final da Idade Média, por exemplo, a busca da verdade deu lugar a uma busca por um significado superior. Tendo concluído que não podiam esperar entender o que aconteceu à sua volta de nenhum modo factual, os europeus medievais se voltaram antes para mitos, parábolas e alegorias. O sagrado era ascendente. Anjos e milagres eram mais importantes do que verdades inalcançáveis (KEYES, 2018, p. 143).

No pós-modernismo, a linguagem se tornou instável, fomentando um ambiente de permanente desconstrução e niilismo (KAKUTANI, 2018). Esses questionamentos podem provocar um excesso de relativismo que permite abrir as comportas “para disputas arbitrárias de poder” (KEYES, 2018, p. 140), favorecendo o totalitarismo. “Uma vez que decidamos que a verdade é um construto social, segue-se facilmente que mentir pode não ser tão ruim afinal” (KEYES, 2018, p. 144). Sobretudo em uma sociedade formada por multidões solitárias hiperconectadas. Na ausência de laços comunitários, lendas e mitos contribuem para a degradação da confiança (KEYES, 2018).

Esses questionamentos, provocados pelos pós-modernistas, afirma Keyes (2018), tornaram-se determinantes para a corrosão da verdade e levaram à ascensão da “Era da pós-verdade”. Termo eleito em 2016 pelo dicionário da Universidade de Oxford como a palavra do ano, “pós-verdade” foi usado pela primeira vez em 1992 pelo dramaturgo Steve Tesich, para explicar o contexto de exaustão e abdicação da verdade por parte dos norte-americanos (D’ANCONA, 2017).

Estamos rapidamente nos tornando protótipos de um povo em que os monstros totalitários podem babar em seus sonhos. Todos os ditadores até agora tiveram de trabalhar duro para suprimir a verdade. Por meio de nossas ações, estamos dizendo que isso não é mais necessário, que adquirimos um mecanismo espiritual capaz de despojar a verdade de qualquer significado. De uma maneira bastante radical, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver em um mundo da pós-verdade (TESICH apud D’ANCONA, 2017, p. 21)

Pós-verdade para a universidade inglesa é “algo que denota circunstâncias nas quais os fatos objetivos têm menos influência para definir a opinião pública do que o apelo à emoção ou às crenças pessoais” (SANTOS, 2016, p.2). Um tempo em que a verdade perde a primazia epistemológica e passa a ser um valor relativo e negociável nas discussões públicas, enquanto a emoção toma um lugar de importância (D’ANCONA, 2017).

O que é peculiar à nossa época é o abandono da ideia de que a história possa ser escrita com verdade. No passado, as pessoas mentiam deliberadamente, ou inconscientemente floreavam o que escreviam, ou se debatiam em busca da verdade, sabendo muito bem que provavelmente estavam cometendo muitos erros; mas, em todos esses casos, elas acreditavam que os “fatos” existiam e eram mais ou menos detectáveis (ORWELL, 1981, p. 199 apud KAKUTANI, 2018, p.588).

A pós-verdade é a vulgarização e o abuso da relativização teórica da verdade,⁵ tendo como fundamento base a dificuldade em definir o próprio conceito de verdade, e sendo, para Gerónimo (2017), uma retomada do relativismo da Grécia sofista. “O que a pós-verdade agrega é o reconhecimento de que os destinatários, os receptores do discurso, têm na sua recepção e acolhida uma maior responsabilidade do que havia sido atribuída a eles até a presente data” (GERÓNIMO, 2017, p.117).⁶

Para o autor, a pós-verdade só encontra o seu lugar no momento em que o discurso surte efeito em um auditório que o acolhe sem questionar. A isso, D’Ancona (2017) define como uma “difusão contagiosa do relativismo pernicioso disfarçado de ceticismo legítimo” (D’ANCONA, 2017, p.14). A questão vai além da supressão de fatos, envolve cálculos e combinações prévias de observações corretas e até interpretações plausíveis com fins de provocar conclusões tendenciosas baseadas em preconceitos prévios (DUNKER, 2018).

Como explica Arthur Silva (2017), pós-verdade não é necessariamente a falsificação da verdade, mas situações em que a “verdade” ou o “fato” são pouco relevantes. A pós-verdade, nas palavras de Tiburi (2017), transita entre textos verbais e imagéticos que não são necessariamente verdade. A verdade passou a ser “o que cola”. “Mentir tornou-se essencialmente uma transgressão sem culpa” (KEYES, 2018, p.17) e a desonestidade virou um sentimento mais normativo e menos de exceção.

Agora, pessoas inteligentes que somos, apresentamos razões para manipular a verdade, de modo que possamos dissimular sem culpa. Eu chamo isso de pós-verdade [...] A pós-veracidade existe em uma zona ética crepuscular. Permite-nos dissimularmos sem nos considerarmos desonestos. Quando o nosso comportamento entra em conflito com os nossos valores, o que somos mais propensos a fazer é reconceber os nossos valores (KEYES, 2018, p.20).

Keyes (2018) diz que a era da pós-verdade é um tempo em que não existe mais só verdade ou mentira, mas uma terceira categoria de declarações ambíguas. É um momento histórico onde essa fronteira foi rompida (GERÓNIMO, 2017, p.394) e passou-se a contar também com as “verdades melhoradas”, “neoverdades” e outros exemplos de eufemismos pós-verdadeiros (KEYES, 2018). A verdade está cada vez mais nos olhos de quem vê, os fatos passaram a ser intercambiáveis e construções sociais (KAKUTANI, 2018).

Na era da pós-verdade, a ética passou a ser julgada em escala, foi deslocada de uma posição moral de normas externas para a convicção interior, e honestidade e

⁵ Tradução nossa: “[...] como la puesta em prática, la vulgarización y el abuso de la relativización teórica de la verdad [...]”.

⁶ Tradução nossa: “Lo que la posverdad agrega es el reconocimiento de que los destinatarios, los receptores de los discursos, tienen en su recepción y acogida una mayor responsabilidad de la que se ha atribuido hasta la fecha”.

desonestidade passaram a ser consideradas em grau (KEYES, 2018). Não é que estejamos mentindo mais, mas a “disposição antiga para enganar os outros está sendo facilitada de novas maneiras” (KEYES, 2018, p.24). O contexto da vida contemporânea deixou de fazer o suficiente para punir a desonestidade. Sob as condições modernas (GEORG SIMMEL, 1950, apud KEYES, 2018), nas quais a vida era uma economia de crédito além do campo econômico, a mentira foi considerada muito mais devastadora. Porém, com as mudanças provocadas pela pós-modernidade, esse cenário se desfez, abrindo caminho para o relativismo e a imposição de uma nova ordem de propagação de mentiras.

Mudança essa que está enraizada no colapso da comunidade. “Se éramos mais honestos nos nossos relacionamentos uns com os outros em eras passadas, [...] não era tanto porque éramos mais conscientes, mas porque tantas das nossas interações ocorriam em meio a rostos familiares” (KEYES, 2018, p. 43). Com o menor contato face a face, que podemos correlacionar, com a amplificação das relações, à esfera global e à virtualidade real (CASTELLS, 2017) no século XXI, deixou-se para trás tanto as razões internas (ser errado) quanto as razões externas (ser pego) para ser honesto (KEYES, 2018). Associa-se a isso ainda a dificuldade em abordar na vida cotidiana e nos debates públicos a complexidade da ciência, no que concerne ao uso e exploração de dados técnicos em detrimento das opiniões vazias e sancionadas pelo senso comum (DUNKER, 2018). Logo, critérios de verdade, como a verificação elogiada por Bazarian e premissa da correlação entre proposições e fatos, defendida por Wittgenstein, perderam razão de existência e aplicação.

JORNALISMO À DERIVA NO MAR DA PÓS-VERDADE

A busca pela verdade é um processo considerado inato à produção jornalística e, ao longo dos últimos séculos, elencada como um dos princípios básicos e obrigações da profissão (KOVACH; ROSENTIEL, 2003). A ideia de que a notícia, produto maior do jornalismo, é a tradução de um fato puro, uma verdade ou espelho da realidade é parte da ideologia da profissão desde o princípio da comercialização e profissionalização dos jornais (ALENCAR, 2010, apud RODRIGUES; HENNIGEN, 2011), sendo base para princípios estabelecidos em diversos códigos de ética, inclusive o brasileiro⁷.

Só é considerado notícia algo que carrega consigo uma obrigação de veracidade, ou seja, a pretensão de se aproximar da verdade (GOMES, 2009). A verdade confere sensação de segurança, a partir da percepção dos fatos, a quem está consumindo o conteúdo produzido pelos jornalistas (KOVACH; ROSENTIEL, 2003). Dos primeiros profissionais, os mensageiros das sociedades pré-modernas, já se esperava a lembrança fidedigna das informações.

Quando a moderna imprensa começou a se formar, a promessa de veracidade e precisão se tornou parte das primeiras tentativas de *marketing* do jornalismo, e a verdade passou a ser um bastião e salvaguarda da imprensa. Os primeiros jornais traziam em seus *slogans* o compromisso e a missão da busca incessante pela verdade. Até mesmo quando o jornalismo se livrou do controle político, no século XIX, e

⁷ Para este, “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e o seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (BARBEIRO; LIMA, 2002, p.161 apud COUTINHO, 2004, p.18).

passou a caçar o público oferecendo conteúdo de celebridades e escândalos, ainda assim a chamada “imprensa marrom” assegurava que os leitores poderiam confiar no conteúdo publicado (KOVACH; ROSENTIEL, 2003).

Porém, assim como na própria filosofia, a verdade é um conceito que adquire faces no jornalismo, e defini-la nunca foi um processo tão simples. Ao longo do século XX, diversos foram os questionamentos sobre essa capacidade. Os jornalistas percebiam que precisão e verdade não eram uma equação fácil, fazendo com que o papel da verdade no jornalismo se tornasse ainda mais discutível e complexo. “Os próprios jornalistas nunca tiveram uma noção clara do que querem dizer com veracidade. Por sua própria natureza, o jornalismo é reativo e prático, não filosófico ou introspectivo” (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 66).⁸

Embora proponha justamente uma aproximação da discussão com a filosofia sobre o processo jornalístico de apreensão da verdade, Marconi de Oliveira Silva (2011) também compreende que há uma confusão conceitual ainda irresoluta. Para ele, é na capacidade de apreensão da realidade que se concentra “toda a problemática da maior ou menor fidelidade jornalística aos fatos a que se refere” (SILVA, 2011, p.49) e as soluções apresentadas são insuficientes para resolver o problema. Um exemplo disso é a falsa equivalência entre neutralidade deliberada e exatidão permissiva, que permite a mesma exposição a lados opostos, ainda que um deles signifique um consenso esmagador e o outro um absurdo científico (KAKUTANI, 2018).

Entre as várias teorias de verdade, Tambosi (2007) afirma que a mais próxima do jornalismo seria a da correspondência. Nesse percurso, contudo, pairam duas dificuldades. A primeira é de definir o que é um fato, já que eles não têm voz (JAPIASSU, 1994 apud COUTINHO, 2004). A segunda é a dependência excessiva do jornalismo às fontes, fazendo com que o fato comporte versões não correspondentes à realidade (TAMBOSI, 2007).

Em geral, os relatos jornalísticos ou notícias/fatos jornalísticos (SILVA, 2011) são construídos a partir de estratégias discursivas que levam o público a atestar autenticidade ou verossimilhança com os fatos (LISBOA; BENETTI, 2015). Contudo, ainda que traga elementos que favoreçam o público a identificar a verdade, a busca no jornalismo é mais complexa, pois o conhecimento jornalístico não tem ordem exata, logo a verdade acaba sendo sempre uma aproximação (LISBOA; BENETTI, 2015).

Para Marconi Silva (2011), o fato jornalístico é uma aparência de mundo e toda notícia-fato jornalístico é passível de não satisfazer referencialmente o mundo objetivo. “O que parece, à primeira vista, é que é próprio do jornalismo apurar e apresentar as aparências do mundo. O perigoso é que as aparências sejam apresentadas como a própria realidade” (SILVA, 2011, p. 49). Nesse sentido, Lisboa e Benetti (2015) acreditam que as interpretações não sejam um problema, desde que justificadas e explicadas. Só que o jornalista, em vez de defender técnicas e métodos para alcançar a verdade dos fatos, acaba negando-os e perseguindo a verdade como se ela surgisse sozinha. E, dessa forma, falha em articular os fundamentos do ofício, o que, na visão de Kovach e Rosentiel (2003), acaba contribuindo para a desconfiança da população na imprensa e transformando a discussão sobre objetividade em uma armadilha.

⁸ Os autores lembram que, depois de usar verdade e notícia como termos alternáveis, em 1922, Walter Lippmann chegou à conclusão que as duas palavras não eram a mesma coisa. Enquanto a função da notícia era sinalizar um fato, a da verdade era trazer luz aos fatos ocultos, estabelecendo relações entre eles e montando um quadro de realidade para que os seres humanos pudessem agir.

“Verdade jornalística” é muito mais do que simples precisão. É um processo seletivo que se desenvolve entre a matéria inicial e a interação entre o público leitor e os jornalistas, ao longo do tempo. Esse princípio básico do jornalismo – a busca desinteressada da verdade – é, em última instância, o que diferencia a profissão de todas as outras formas de comunicação (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 68).

Tambosi (2007) defende que, para além da ausência de garantia nas afirmações de recursos como as fontes, é possível que ainda assim o jornalista alcance a verdade quando ela é próxima ou correspondente aos fatos. Wilson Gomes (1997) acredita que, ainda que seja problemático relacionar fatos, interpretações e apreensões, é possível estabelecer que algumas apreensões e interpretações concorrentes são falsas. Para isso, a verdade precisa ser considerada como fundamento da realidade, como “a confirmação ou checagem dos dados que instituem um fato como verdadeiro ou verídico” (COUTINHO, 2004, p. 15). Kovach e Rosentiel (2003) também defendem que a busca pela verdade no jornalismo caminhe mais perto de uma “verdade funcional” do que de uma “verdade filosófica”, sendo uma verdade menos pautada em sentido absoluto e mais naquela que possa fazer funcionar o dia a dia.⁹ “Isso não significa que a exatidão não é importante. [...] Na verdade, é muito mais produtivo, e mais realista, entender a verdade jornalística como um processo” (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 70)

Ao compreender a verdade como um processo, defendem os autores, ela é deslocada de um fenômeno complexo e contraditório para algo capaz de ser apreendido pelo jornalismo, tornando possível o ato de despojar de dados errados e desinformação o processo de seleção de notícias. A simples correspondência entre o declarado e o fato, defendem Ettema e Glasser (2011), leva a um realismo ingênuo que subverte “a consideração cuidadosa do que os buscadores da verdade prática devem realmente procurar” (ETTEMA; GLASSER, 2011, p.274). Esse padrão estaria mais aliado à corroboração de rastros disponíveis. Logo, a verdade “não deve ser conceituada e analisada apenas como uma condição que algumas afirmações precisam cumprir, e sim como o resultado de um processo que permite gerar e defender essas afirmações” (ETTEMA; GLASSER, 2011, p.250).

No cenário de interconexão global, em que a narrativa emocional ganha a centralidade e as instituições estão fragilizadas (D’ANCONA, 2017), o público consumidor do jornalismo não só é estimulado a duvidar da existência da verdade, mas também a acreditar que verdade e jornalismo caminham em lados antagônicos. A cibercultura (LÉVY, 1999) amplifica questões estridentes e apoia assimilações tendenciosas a partir do viés de confirmação (D’ANCONA, 2017), fazendo com que o público passe a desconfiar da capacidade do jornalismo de fugir ao erro. Os novos canais de informação ampliam a oferta de produção do conhecimento jornalístico e permitem à audiência o acesso às versões diferentes dos fatos e às múltiplas formas de cobri-los e narrá-los (ALSINA; SILVA, 2018)¹⁰.

⁹ Dessa forma, a verdade não se limita à exatidão e à correspondência absoluta, já que esse também não seria o objetivo do próprio público consumidor da notícia, mas considera, ao lado da correspondência, a coerência. Isto é, apurando os fatos e também lhes dando sentido.

¹⁰ Como exemplo, duas manchetes diferentes sobre o desabamento de um prédio no centro de São Paulo, em 2018. Manchete da *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/incendio-de-grandes-proporcoes-atinge-um-edificio-no-largo-do-paissandu.shtml>> Acesso em: 6 jan. 2019. // Manchete da *Carta Capital*. Disponível em:

É por isso que, no século XXI, a necessidade de aprimorar a busca pela verdade como processo torna-se maior dentro do jornalismo, considerando que a nova cultura de mídia deste século impõe uma ordem na qual as notícias e a audiência tornaram-se mais fragmentadas (KOVACH; ROSENTIEL, 2003). Nesse contexto, que ademais é de fluxo intenso de dados, o jornalismo não pode passar à fase interpretativa sem antes de cumprir bem o papel de síntese e verificação, por isso a relevância da correspondência. “Mais interpretação pode acabar em cacofonia e desviar a atenção do leitor para o lado mais superficial da verdade. [...] As pessoas precisam de fontes as quais possam consultar e que lhe dirão o que é verdadeiro e significativo” (KOVACH; ROSENTIEL, 2003, p. 76). Não há como fugir das interpretações, pois qualquer fato será mediado por uma. Assim, o problema não é a interpretação em si, mas a interpretação que não está justificada e que não é explicativa.

Ou seja, para promover a “verdade dos fatos” e dar sentido a eles, o jornalismo do século XXI precisa se voltar à importância do método, precisa antes auxiliar o público na identificação de qual material deve ser consumido, no que ele pode acreditar. Pois, apesar do cenário, o jornalismo continua a ser visto como algo que não se compromete apenas em ser sincero e honesto, mas a trabalhar objetiva e metodicamente para evitar o erro e o engano (GOMES, 2009).

O jornalismo pode ser encarado como resistência por carregar de forma intrínseca a perseguição à verdade. Contudo, para que o faça de forma efetiva, precisa entender-se com a própria capacidade de compreender que verdade é essa que tanto persegue. Precisa, além disso, encontrar formas de oferecer a verdade a que se propõe de forma atrativa aos ímpetus emocionais que mediam a comunicação digital (D’ANCONA, 2017). “Ficou mais fácil perder a credibilidade e colocar na linha de tiro o contrato de confiança com o público. Por isso, a luta por mais rigor, precisão, pluralidade e transparência deve ser ainda maior” (ALSINA; SILVA, 2018, p.746).

A TARTARUGA CORRE ATRÁS DA LEBRE: EM BUSCA DA VERDADE POSSÍVEL

Diante da pós-verdade, com a proliferação das chamadas notícias falsas, emergiu de forma institucionalizada na profissão do jornalismo o uso da verificação e da checagem como forma de contracombate ao ecossistema da desinformação, por meio dos serviços denominados *fact-checking*. Com o objetivo de aumentar o conhecimento disponível e oferecer informação clara e rigorosa (AMAZEEN, 2015), esse formato começou a se disseminar depois dos anos 2000, mas surgiu há mais de 20 anos, “quando o jornalista Brooks Jackson se incorporou à unidade de investigação da CNN, e seu chefe pediu para checar os avisos de campanha presidencial de 1992 nos Estados Unidos” (ZOMMER, 2015, p. 112).¹¹

O primeiro serviço de *fact-checking* surgiu também a partir de Brooks, o site FactCheck.org, criado na Universidade da Pensilvânia, em 2003 (NEISSER, 2015). Atualmente, a prática é composta de uma rede internacional (International Fact-Checking Network – IFCN, do Poynter Institute). Na América Latina, cresce desde 2010. No Brasil, ganhou força durante o período anterior à eleição 2018, em função do

<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/apos-incendio-predio-ocupado-no-centro-de-sao-paulo-desaba/>> Acesso em: 6 jan. 2019.

¹¹ Tradução nossa: “Cuando el periodista Brooks Jackson se incorporó a la unidad de investigación de la CNN, y su jefe le pidió que chequeara los avisos de la campaña presidencial de 1992 de los Estados Unidos”.

receio que se tinha com a proliferação das notícias falsas, tal qual aconteceu nas eleições dos Estados Unidos em 2016 (D'ANCONA, 2017). Além das três agências signatárias do IFCN – Agência Lupa, o Truco, da Agência Pública, e o Aos Fatos –, nasceram outros serviços com foco em combater a desinformação, que propõem atividades distintas e complementares ao *fact-checking*.

Como parte dos estudos para elaboração de critérios de verdade a serem aplicados em uma ferramenta de automatização do processo de checagem de notícias,¹² em desenvolvimento no mestrado em Indústrias Criativas, da Universidade Católica de Pernambuco, o presente artigo selecionou os serviços e atividades voltados ao combate à desinformação com atuação no Brasil para evidenciar a verdade - ou o que define o selo de verdadeiro - utilizado pelas equipes e explicitado à audiência. O objetivo é evidenciar a proximidade desses conceitos com a correspondência e possibilitar a identificação de até que ponto há um padrão adotado.

Tabela 1. Descrição de serviços de combate à desinformação e seus conceitos de verdade.

Serviço	Vinculação	Atividade	Verdade/verdadeiro
AOS FATOS	Agência Aos Fatos	<i>Fact-checking</i>	As declarações ou as informações são condizentes com os fatos e não carecem de contextualização para se mostrarem corretas.
TRUCO	Agência Pública	<i>Fact-checking</i>	A análise dos dados e de outras fontes mostra que a afirmação é verdadeira. Dados arredondados também são considerados verdadeiros.
LUPA	Agência Lupa/Revista Piauí	<i>Fact-checking</i>	A informação está comprovadamente correta.
COMPROVA	Coalizão de 24 veículos de comunicação	Checagem colaborativa	Informação considerada verdadeira a partir da apuração jornalística e comprovação de fatos com fontes e documentos. Selo é acompanhado da palavra legítima/o.
MANUAL DA	Projeto	Educação	[Do latim <i>veritate</i>] 1.

¹² O aplicativo Verific.ai foi disponibilizado em outubro de 2018, na loja Google Play, e testado durante as duas semanas anteriores do segundo turno das eleições presidenciais. Ver mais em: Rádio Jornal (2018).

CREDIBILIDADE	Credibilidade/Projor	mediática	Conformidade com o real; exatidão, realidade: a verdade do ocorrido. 2. Franqueza, sinceridade. 3. Coisa verdadeira ou certa: a verdade foi escamoteada por todos. 4. Princípio certo: a maioria das doutrinas políticas apresenta erros e verdades. 5. Representação fiel de alguma coisa da natureza: Há verdade neste quadro. 6. Caráter, cunho: a verdade de suas emoções não transparencia.
FATO OU FAKE	Grupo Globo	Checagem colaborativa	Quando o conteúdo checado é totalmente verídico e comprovado por meio de dados, datas, locais, pessoas envolvidas, fontes oficiais e especialistas.
VAZA FALSIANE	Ivan Paganotti, Leonardo Sakamoto e Rodrigo Ratier	Educação midiática	Não explicita a definição de verdade/verdadeiro.
ELEIÇÕES SEM FAKE	Departamento de Ciência da Computação, Universidade Federal de Minas Gerais	Educação midiática	Não explicita a definição de verdade/verdadeiro.
PEGABOT	Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio) e do Instituto Equidade & Tecnologia	Identificação de bots	Não explicita a definição de verdade/verdadeiro.
MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL	USP	Mapeamento, mensuração e análise do ecossistema de	Não explicita a definição de verdade/verdadeiro.

		debate político no meio digital.	
--	--	-------------------------------------	--

Fonte: elaborado pelos autores.

Como evidenciado pela tabela acima, para definir se um conteúdo é verdadeiro, parte dos serviços brasileiros de combate à desinformação se aproxima do conceito de verdade, utilizando a verificação ou checagem da informação, buscando-a ao se aproximar de um fato ocorrido. Ou recorrendo a algum fato ocorrido para comprovar, por meio de documentos, entrevistas, a sua correlação com o dado ou notícia apresentado para checagem ou verificação. As agências de *fact-checking* (Lupa, Truco e Aos Fatos) são as que deixam a necessidade da correspondência entre a notícia e um fato ocorrido de forma mais clara. Igualmente o projeto Comprova e o Manual da Credibilidade, que por sua vez recorre ao dicionário.

Ficam evidentes, por outro lado, dois pontos: que não há um consenso na definição de verdade utilizada no combate à desinformação no Brasil, o que pode favorecer a uma cacofonia e levar a uma confusão, por parte do público; e que alguns serviços que também se debruçam sobre a temática, apesar de não lidarem diretamente com verdade, também não abordam essa conceituação do ponto de vista teórico ou prático, o que pode induzir o público a acreditar que a necessidade de conceituar verdade é uma questão sem importância no combate à desinformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a verdade, a necessidade e a presença dela nos processos comunicacionais, ganham fôlego no século XXI em função de um novo ecossistema de consumo e produção de desinformação. Com a ascensão da chamada “Era da pós-verdade”, as emoções estão sobrepunhando a razão na busca da verdade, encurralando o jornalismo e forçando a necessidade de repensar os próprios conceitos que formam a base da profissão.

Alcançar a verdade nesse contexto, portanto, transformou-se em uma necessidade institucionalizada que vai além da confiança de que, por princípio, a verdade é intrínseca à atividade jornalística. Transgredir por premissa a linha entre verdade e mentira, adotando-a mais como *marketing* do que como realidade, e, portanto, permitindo dúbias interpretações sobre o conteúdo consumido pelo público, faz do jornalismo não só um ente questionável como também motor da realidade pós-fática e do cenário de pós-verdade no ambiente digital. Tendo em vista o risco de ser sempre enganado pelas aparências e, portanto, dotado da capacidade de, na prática, estar reproduzindo a aparência da aparência do mundo (SILVA, 2011), o jornalismo precisa aceitar e conviver com a ameaça constante de, num mundo cada vez mais de aparências, estar se limitando à reprodução de falsas exposições da realidade.

Portanto, nesse imbricado mundo digital pós-moderno, cabe ao jornalismo como salvaguarda recorrer ao método, à reestruturação das suas bases. Buscar a verificabilidade nos atos e fatos, não no sentido de alcançar uma objetividade discutida e não palpável, mas de, dentro da margem das possibilidades tecnológicas vigentes, alcançar a maior proximidade entre a realidade e os fatos, oferecendo à audiência produtos fidedignos às tentativas de reprodução de mundo. Estes que, por sua vez e assim principiados, possam fugir das armadilhas impostas pelas falsas proposições de mundo.

Essa busca deve se aliar à constância das ações, imprimindo um caráter de honestidade na procura, sem medo de se parecer óbvio ou enfadonho (FILGUEIRAS, 2018). Apostar na verificação exhaustiva pode ser, no fim da linha, a única salvação possível ao jornalismo (FIRMO, 2018) em tempo de pós-verdade. Nesse cenário, cabe aos serviços que se propõem a combater à desinformação atuar de forma mais enfática quanto à conceituação da verdade que tomam como base para atuar na verificação e checagem.

Artigo recebido em 29/01/2019 e aprovado em 08/04/2019.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. Ser um historiador de verdades: apontamentos para uma aporia insuperável do discurso historiográfico. In: FILGUEIRAS et al. *Jornalismo em tempos de pós-verdade*. Fortaleza: Dummar, 2018.

ALSINA, M. R.; SILVA, L. J. Cerqueira da. *Ética e jornalismo: na era da pós-verdade*. *Revista Observatório*, Palmas, v.4, n.3, maio 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5246/13085>> Acesso em: 23 dez. 2018.

AMAZEEN, M. A. Revisiting the epistemology of fact-checking. *Critical Review*, v.27, n.1, 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08913811.2014.993890>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ARRUDA JÚNIOR, G. F. *10 lições sobre Wittgenstein*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAZARIAN, J. *O problema da verdade: teoria do conhecimento*. São Paulo: Alfa Omega, 1988.

BEZERRA, A. C.; CAPURRO, R.; SCHNEIDER, M. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. *Liinc em Revista*, v.13, n.2, 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4073/339>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2017. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, 1).

COSTA, S. D. Conceito de verdade como compromisso ético jornalístico. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 18., Caxias do Sul, 2017. *Anais... Caxias do Sul: Intercom*. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sul2017/resumos/R55-0775-1.pdf>>. Acesso em 13 jan. 2018.

COUTINHO, I. O conceito de verdade e sua utilização no jornalismo. *Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo*, v.1, n.1, 2004. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22040972/290136748/name/verdade.pdf>> Acesso em: 5 jan. 2018.

D'ANCONA, M. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DUNKER, C. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, C. et al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

_____. Em tempos de pós-verdade o que significa ideologia. In: FILGUEIRAS, Isabel et al. *Jornalismo em tempos de pós-verdade*. Fortaleza: Dummar, 2018.

ETTEMA, J. S.; GLASSER, T. L. A íntima dependência mútua entre fato e valor. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.6, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200010&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FILGUEIRAS, I. O bom jornalismo contra a desinformação In: FILGUEIRAS, I. et al. *Jornalismo em tempos de pós-verdade*. Fortaleza: Dummar, 2018.

FIRMO, E. Reino da trapaça. In: FILGUEIRAS, I. et al. *Jornalismo em tempos de pós-verdade*. Fortaleza: Dummar, 2018.

GERÓNIMO, F. *La mentira, el relativismo y la posverdad*. República Dominicana: Kindle Direct Publishing, 2017.

GHIRALDELLI JR., P. *Teorias de verdade: brevíssima introdução*. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2011. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/borges/files/2011/02/Teorias-de-Verdade-Brev%C3%ADssima-Introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2018.

GOMES, Wilson. *Jornalismo, fatos e interesses*. Florianópolis: Insular, 2009. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/oBsk6omWYoMCZTdkYjJmOTItMjJiMCooYzk3LTg2YzgtZjE3ZDI2MWFmNzQz/view>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

_____. *Verdade e perspectiva: a questão da verdade e o fato jornalístico*. Salvador: Ufba, 1997. Disponível em: <http://www.academia.edu/25705443/VERDADE_E_PERSPECTIVA_A_quest%C3%A3o_da_verdade_e_o_fato_jornal%C3%ADstico> Acesso em: 12 jan. 2018.

HERZOM, E.; MOREIRA, I. *Pós-verdade e fake news: os desafios do jornalismo na era do engano*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2018.

JENKINS, H.; GREEN, J.; FORD, S. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

KAKUTANI, M. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KELLY, K. *Inevitável: as 12 forças tecnológicas que mudarão o nosso mundo*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

KEYES, R. *A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. *The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life*. Nova York: St. Martin's Press, 2004.

KIRKHAM, R. L. *Teorias da verdade: uma introdução crítica*. Rio Grande do Sul, Unisinos, 2003.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LANDIM FILHO, R. F. *Sentido e verdade no Tractatus de L Wittgenstein*. Campinas: Unicamp, 1979.

LISBOA, S.; BENETTI, M. O jornalismo como crença verdadeira justificada. *Brazilian Journalism Research*, v.11, n.2, 2015. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/664>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. *Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.

NEISSER, F. G. *Fact-checking* e o controle da propaganda eleitoral. *Revista Ballot*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ballot/article/view/22133/15999>>. Acesso em: 4 maio 2019.

PEREIRA, R. M. A concepção da verdade-como-correspondência. In: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFSCAR, 7., São Carlos, 2011. *Anais...* São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~semppgfil/wp-content/uploads/2012/05/renatopereira.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

RÁDIO JORNAL. *Estudante pernambucana cria aplicativo para identificar fake news*. 23 out. 2018. Disponível em: <<https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2018/10/23/estudante-pernambucana-cria-aplicativo-para-identificar-fake-news-61706>>. Acesso em: 23 out. 2018.

RODRIGUES, L.; HENNIGEN, I. Jornalismo, a questão da verdade e a produção de subjetividade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v.63, n.3, p. 45-57, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=229022209005>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SANTAELLA, L. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTOS, T. C. Desmentido ou inexistência do Outro: a era da pós-verdade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 4-19, maio/out. 2016. Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus/numero_22/pdf/2-desmentido_ou_inexistencia_do_Outro.pdf>. Acesso em: 7. jan 2018.

SHIRKY, C. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, A. A. K. Todas as eras foram da pós-verdade: um passeio pelo *doublethink* nosso de cada dia. Bahia, *Revista Sísifo*, 2017. Disponível em: <<http://www.revistasisifo.com/2017/05/todas-as-eras-foram-da-pos-verdade-um.html>> Acesso em: 8 jan. 2018.

SILVA, E. SIMÕES. *O problema da verdade na filosofia de L. Wittgenstein: percurso da semântica à pragmática*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SILVA, M. O. *Era tudo mentira: a verdade jornalística*. São Paulo: Intermeios, 2011.

TAMBOSI, O. Jornalismo e teorias da verdade. *Intercom: revista brasileira de ciências da comunicação*, São Paulo, v. 30, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/279/272>> Acesso em: 7 jan. 2018.

TIBURI, Marcia. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. In: DUNKER, C. et al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

TOFFLER, A. *A terceira onda*. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

VIDAL, C. 1. História da verdade: proposição, sentença, facto, correspondência e acontecimento In: _____. *Invisibilidade da pintura: história de uma obsessão* (de Caravaggio a Bruce Nauman). 2009. Tese (Doutorado em Belas-Artes) – Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2409/24/ulsd059410_td_CCCaseiro_Drg-Cap_1.pdf> Acesso em: 12 nov. 2018.

WARDLE, C. *Noticias falsas. Es complicado. First Draft*, 2017. Disponível em: <<https://es.firstdraftnews.org/2017/03/14/noticias-falsas-es-complicado/>> Acesso em: 12 jan. 2018.

XIRAU, R. *Introducción a la historia de la filosofía*: Cidade do México: Unam, 2011. Disponível em: <https://alexianos.files.wordpress.com/2014/11/xirau_ramon_-_introduccion_a_la_historia_de_la_filosofia.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ZOMMER, L. El boom del *fact checking* y la vuelta a las fuentes. In: ROITBERG, G.; PICCATO, F. (Org.). *Periodismo disruptivo: dilemas y estrategias para la innovación*. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2015.